

# Reinvenção da Psicanálise

Renato Mezan

Resenha de Fabio Herrmann, *Andaimes do real: o cotidiano*, São Paulo, Vértice, 1985.

*Nota do autor: Este texto, redigido em 1986 para o Folhetim da Folha de S. Paulo, foi publicado em A vingança da esfinge (Casa do Psicólogo).*

*Excepcionalmente, o Conselho Editorial de Resenhas aceitou colocá-lo neste número de Percurso, como parte da homenagem ao pensamento sempre vivo de Fabio Herrmann.*

Este livro de Fabio Herrmann representa sem dúvida um marco na reflexão psicanalítica brasileira. Ao lado de obras como as de Luiz Meyer (*Família: dinâmica e terapia*, Brasiliense, 1983), de Jurandir Freire Costa (*Violência e Psicanálise*, Graal, 1984), de Joel Birman e Carlos Nicéas (coordenadores da revista *Teoria da Prática Psicanalítica*) e de outros autores de igual calibre, ele atesta que a psicanálise nestas bandas começa a sair da fase de latência, oulando enfim falar em seu próprio nome e propor ao debate idéias originais. E o texto de Herrmann as contém em abundância, enquadradas numa bem articulada concepção, cujo desenho de conjunto ressalta com clareza.

**Renato Mezan** é psicanalista e autor de vários livros, entre os quais *Tempo de Muda* e *Interfaces da Psicanálise* (Companhia das Letras).

Um livro assim solicita, mais que a adesão, a cumplicidade do leitor, que acompanha, intrigado e divertido, as sinuosidades da prosa e os meandros do raciocínio, saudando de passagem o talento do autor para a fórmula aforística e para o epigrama irônico. E não é fácil de resenhar, já que Herrmann diz ao crítico como não se deve lê-lo (capítulo sobre “A verdade e os livros”). Não quer ser filiado a correntes de pensamento, nem explicado por premissas externas a seu escrito (p. 177); convida o leitor a se demorar na realidade construída pelo livro, como condição essencial para um diálogo honesto. Abre seu texto com uma descrição do caminho a ser percorrido, e ao final o recapitula como demonstração do método que propõe; por várias vezes, através de remissões ao volume anterior e ao futuro, acentua o caráter arquitetônico de seu pensamento, que se apresenta como uma verdadeira crítica da razão psicanalítica. Aceitemos, pois, a sugestão: vamos lê-lo de dentro (“daqui para lá”), em busca do que poderia ser, em linguagem herrmanniana, o seu “campo”.

Três grandes dimensões o compõem, superpondo-se. Primeiramente, uma concepção nítida da “medula essencial” da Psicanálise: seu método interpretativo. Em segundo lugar, a proposta de aplicá-lo à questão do real, ultrapassando os limites estreitos da psicologia individual e questionando a partição ingênua sujeito/mundo. Por fim, salpicadas aqui e ali, observações críticas acerca da psicanálise contemporânea, dos desvios e impropriedades de sua prática, do congelamento de sua verve teórica. Como produto, descrições e análises sutis de facetas específicas do real, como a trilogia dos sentimentos essenciais: a saudade, a teimosia e a dor de cotovelo, como a moralidade paradigmática dos contos de Perrault, como o processo autoritário ou o universo que regra certos apólogos bíblicos. Como se vê, um saudável passeio para fora dos caminhos batidos pela tradição, ao qual se acrescenta uma cerrada crítica da noção de “realidade” habitualmente hasteada pela psicanálise como parâmetro teórico-clínico.

## Psicanálise = interpretar

O núcleo forte do livro é sem dúvida sua teoria da interpretação. Para Herrmann, a psicanálise repousa integralmente sobre a operação interpretativa, cujos resultados são *a posteriori* organizados em teoria. E como interpreta o analista?

O trabalho clínico do analista desenvolve-se sob o signo da comparação. O paciente narra uma experiência, depois outra. Mudou de assunto? Por um profissional espírito de contradição, o analista imagina que não, e põe-se a pensar em qual é este assunto, tal que não tenha mudado. O que permanece ocultamente? Projeta então uma narrativa sobre outra; do choque comparativo, elide as diferenças [...]. Separa, compara, volta a comparar os produtos de sua reflexão, revertendo sempre o produto sobre o discurso anterior, à maneira de interpretante (p. 76).

Dessa forma, busca evidenciar o “campo” da relação proferida no discurso, isto é, aquilo que, sendo-lhe anterior logicamente, produz por um sistema oculto de regras o enunciado atual (p. 40). O lugar dessa anterioridade lógica é a “reversão de uma narrativa sobre outra, o espaço virtual de confluência das fábulas” (p. 90). Essa é a idéia central do método, e o autor a aplica seguidamente, de modo a que o leitor se familiarize com o procedimento. A interpretação visa assim a uma totalidade presente, e seu resultado é “prover uma linha alternativa de significados que, em um certo nível, dá conta da coerência de um relato [...]. O resultado pode ser descrito como a obtenção de esquemas desencarnados que, na ordem lógica, determinam o evoluir do enredo” (p. 99).

Falar em *totalidade presente*, nesse contexto, significa propor uma teoria lógica do “aqui-e- agora”, que me parece a contribuição mais original desse livro. Evitando o escolho da redundância, elabora-se em vários momentos o núcleo de uma teoria da transferência, que serve como ponto de apoio à severa avaliação endereçada à prática psicanalítica mais freqüente no Brasil, de inspiração kleiniana e bioniana. Mas isso veremos a seguir.

Importa antes compreender que, para Herrmann, a Psicanálise é essencialmente uma lógica das significações humanas (p. 15), a meio caminho entre a filosofia e a história, e que se caracteriza pela singularidade de a teoria de sua teoria ser uma prática: a terapia analítica (p. 28). Esta é qualificada de “experimento ontológico ímpar” (p. 185), e é concebida como instrumento simultaneamente ontológico e epistemológico (p. 179), porque reproduz em condições ótimas a instauração do real e é fonte de tudo o que um psicanalista pode dizer acerca dele. Não é muito pesada a tarefa? Para Herrmann, não; e seu livro é a explicitação dessa tese, além de polêmica contra os que “reduzem” e “degradam” a terapia a um moralismo corretivo ou a um “lúdico derivativo inconseqüente” (p. 15).

A Psicanálise nasceu de um esforço para domesticar os restos do absurdo que ainda ameaçavam o cotidiano das grandes metrópoles europeias no final do século racionalista, o XIX. Assim narra o autor, numa espécie de arqueologia da disciplina freudiana, que forma o primeiro capítulo. Mas o tiro saiu pela culatra: “o esforço de caçar as pontas por onde aparecia o absurdo, amarrá-las e passá-las para o avesso do tecido da razão resulta numa violenta exposição desse avesso absurdo” (p. 34). Absurdo é o nome dado ao patenteamento das “regras de construção do mundo humano” (p. 33). E com isso, nos introduzimos no que se poderia chamar a ontologia substantiva elaborada no livro, ontologia que forma uma base para o método ao mesmo tempo que nela se apóia, num entrecruzamento do qual brotam as teses explícitas e as descrições particulares.

## Ontologia elementar

A idéia não é complicada, e Herrmann a expõe várias vezes. Podemos partir do imediato ou do originário; a primeira via é mais conforme ao espírito do texto: sigamos-la. O imediato é a *realidade*, superfície lisa e una das coisas, tema do juízo de realidade proferido pela “mente” que

se lhe antepõe. Cisão, pois, dada como evidente, entre o mundo e o sujeito, entre o “fora” e o “dentro”. Mas de onde vem tal cisão, e por que tendemos a aceitá-la como óbvia? Trata-se então de reconstituir um percurso que termina nesta cisão, e que só pode partir de um ponto zero, anterior a ela e contendo as condições para que se opere: é a função do mito de origem psicanalítico, reinterpretado por Herrmann no capítulo sobre a “mentira original”.

Desvinculando “realidade” de “materialidade”, considera a primeira “superfície representável”, “relação aparential”. Mas a superfície do quê? De um *Campo*, o real, que é “lógica produtiva”, sustentando a realidade que dele derive e que o nega, encobrindo-o. O esquema é simples, inspirando-se na dicotomia platônica entre essência e aparência, ou, mais perto de nós, no modelo freudiano do trabalho do sonho e da elaboração secundária. A elaboração secundária dos movimentos do real é a realidade, que se efetua como degradação da variedade das condições do real – na verdade, dever-se-ia falar em “reais” – e as análises particulares do livro mostram exatamente isto, que não se deve confundir o real da dor de cotovelo com o real da teimosia, ou o real dos livros com o real do processo analítico. Instaure-se assim uma coerência de fachada, um consenso equivalente à repressão: o efator dessa degradação é a *rotina*, e seu efeito, a *familiarização*, cujo grau superlativo é a *moralidade* (capítulos sobre os apólogos e sobre Perrault).

A realidade promana do real; e de onde vem o real? Aqui Herrmann borda um mito de origem: a origem do real é o desejo, e por origem deve entender-se não o começo, mas a regra constituinte (p. 42). O desejo, por sua vez, nasce da “mentira original”. Esta é a matriz e o instante (quase cronológico, agora) em que surge a humanidade do homem, elevando-se do “cerco das coisas” e da pura necessidade fisiológica. Mente quem afirma o que não é e quem pede o que não necessita: tanto pode ser o bebê que dá à mãe a impressão de querer mamar quando ainda não sente fome, quanto o sujeito em análise ou na luta

de prestígio com os outros homens: a mentira é o reino do possível, momento de parto da linguagem, da relação ao outro e a si mesmo. A mentira inaugura a dimensão da significação, oposta à da mera sinalização (p. 50); com ela, brota o desejo.

E o que acontece depois? “O mundo em explosão que o extravasamento do desejo produz, ao superar o cerco das coisas, mundo grávido de possibilidades significativas, catastrófico, deve ser domesticado pela rotina. Rotinização, familiarização e moralidade são os termos que empregamos para designar tal percurso. O estado final, a familiaridade, elimina o casual, o desregrado, o descontínuo; organiza-se segundo princípios norteadores absolutos que, somos levados a crer, nunca se alteram. Alteram-se os resultados, não os princípios regentes, distinção importantíssima que salva as aparências de estabilidade ontológica” (p. 123).

Em resumo: da diversidade dos reais, aplainada pela rotina, sugere uma fachada uniforme – a realidade – que encobre seus andaimes, isto é, seus princípios de construção. Estas são as “regras do desejo”, tido por origem simultânea do sujeito e do mundo, estofo pré-divisão de que serão feitos, por coagulação, os pólos opostos. O esquema é ousado, e necessita provas, em particular provas de eficiência diferencial daquilo que constrói os diversos reais, bem como do obscurecimento do processo da construção, do qual resulta a “enganosa unidade de sentido dos diversos reais, sob o nome de realidade” (p. 40). É ao que se dedica boa parte do livro, examinando diferentes condições do real, com evidente privilégio para aquela na qual entra em crise a uniformidade pretendida pela realidade, isto é, o real psicanalítico.

Antes de vermos o esquema em ação, porém, é preciso introduzir uma ressalva. Uma dificuldade de compreensão do texto resulta de uma certa imprecisão terminológica, pois Herrmann oscila entre várias palavras para designar o estrato produtor e o estrato produzido, acabando por desnortear o leitor. Assim, o estrato produtor é alternativamente caracteriza-

do como *real* (p. 11: “o real é lógica produtiva”), *cotidiano* (p. 40: “o plano que pretendemos desvendar é o emaranhado de determinações do cotidiano que constitui o campo do real”), *absurdo* (p. 46: “o absurdo é o solo último do cotidiano”), *desejo* (p. 33: “absurdo é o nome que damos ao patenteamento das regras do desejo”), e assim sucessivamente.

A *priori*, nada há de extraordinário nisso, já que, em virtude do princípio da transitividade, o que é relação num contexto torna-se campo em outro, isto é, o derivado na esfera A pode ser originário para a esfera B. O problema é que, por diversas vezes, os mesmos termos são empregados para denotar o estrato constituído, invertendo o sentido daqueles que, pelo vocabulário proposto, derivam ser reservados somente à faixa da superficialidade. Assim, por exemplo, fala-se à p. 78 de “realidade eficiente”; “absoluto” significa *ilusório* (na expressão “realidade do real em sentido absoluto”: não pode haver um sentido absoluto para o real, essa é a viga mestra do argumento), porém tem o sentido habitual de “inexorável” na expressão “regra absoluta que rege a história inteira de Tobias” (p. 83); o princípio do absurdo é dito “constituente e organizador” à p. 83, mas revela-se apenas “patenteamento das regras do desejo” na maioria das passagens.

Talvez se pudesse corrigir essa flutuação terminológica, indesejável complicador de um argumento às vezes abstruso, tanto mais que a linguagem de Herrmann, seu léxico técnico, é quase toda inventada por ele mesmo: daí a necessidade de precisão no uso dos vocábulos que especificam seu pensamento.

### Situação analítica: crise da realidade usual

Mas este é um reparo menor, frente à originalidade e à fecundidade das idéias. Voltemos ao caminho: a tese essencial do livro, que articula o nível ontológico (reais/realidade) ao nível epistemológico (método interpretativo/teoria que

ele permite construir) se formula assim: “o desejo corresponde ao mundo que engendra”. É na situação analítica que esse postulado recebe sua encarnação paradigmática, permitindo a operação interpretativa.

As fantasias que o analista ouve, ao escutar seu analisando, descerram-lhe, através da controlada regressão lógica das sucessivas rupturas de campo, os contornos do desenho do desejo – referência terminal das fantasias.

As regras do desejo, adequada e pacientemente remontadas, formam um conjunto organizado. Atribuído ao paciente, tal conjunto é tido por intrínseco. Todavia existe um mundo para seu paciente, estranho seria ignorá-lo. Desse mundo o analista tem notícia pelo desenho do desejo; sabe que seu paciente tem tal ou qual visão das coisas, que sua maneira de experimentar o mundo fá-los, a ela e a seu mundo, em certa forma específica, que outra não é senão o próprio desejo (p. 281).

E como aparece tal desejo? É no elemento da transferência que pode ser captado, em sua subjetividade e em sua mundanidade.

Para Herrmann, a transferência tem um valor fenomênico e um valor disposicional: é este último que lhe outorga, na terapia, o papel de operador simultâneo do conhecimento e da mudança. As representações produzidas pelas consciências em jogo *as dispõem* em determinadas posições;

entender as representações do discurso como representações posicionadas chama-se transferência [...]. Toda representação representa os lugares relativos do par, e todo representado vale por sua representação “aqui e agora”, isto é, pelo seu valor disposicional [...]. Se a cada consciência corresponde um campo inconsciente, isto significa algo para uma teoria do real. A cada aparência reconhecida há que corresponder uma anterioridade lógica, não uma causa oculta: a teoria operará, portanto, por recortes significativos da realidade, com o critério de encontrar unidades e apreender-lhes a coerência [...] para pôr-lhes a descoberto o campo produtor, o real (p. 283).

Eis-nos no âmago da tese do autor, naquilo que dá consistência à sua idéia de que a situação analítica é um instrumento/experimento no qual o ser e o conhecer se dão as mãos. A transferência “acusa” um campo, que a interpretação vai delineando pelo método das retroprojeções comparativas, até decantar sua regra constituinte: tal é o paradigma da operação psicanalítica, e é por esse motivo que a realidade cotidiana entra em crise na terapia – mediante a interpretação, vai surgindo um campo no qual ela se refrata em mil reais e em mil fantasias identificatórias correspondentes. É também o paradigma da análise dos múltiplos reais conduzida nos diversos capítulos: pois o equivalente do “par”, numa psicanálise do cotidiano, são o sujeito e o mundo, em outros termos, a mente e a realidade. Vai-se do imediato para o campo produtor (por exemplo, na fina análise da saudade ou na descrição do real teimoso), ou no campo para o imediato (caso da dor de cotovelo ou do real autoritário). Assim se mostra como o campo se “opacifica” por meio das rotinizações sucessivas.

### Uma realidade pobre

Mas, para fazê-lo, é preciso primeiro se desvencilhar de uma óptica redutora, que vê na realidade um correlato dado desde sempre à consciência. A “teoria explícita” da realidade vigente na psicanálise é descartada por Herrmann, e com boas razões: ela funciona como “garantia” do valor curativo dos fatos em relação às paixões (p. 245), e, no Freud dos “Dois princípios”, é oposta ao prazer como um mandamento ortopédico, cujo escopo é coagir a desmesura das fantasias.

A crítica de Herrmann aponta os dois equívocos principais desta tese: o perceptualismo ingênuo, que equipara “real” a “visto”, e a univocidade da determinação das fantasias (ou da ação, ao menos) pelo dado, como horizonte regulador da “normalidade”. Com toda a razão, lembra que esta idéia se situa aquém das descobertas do próprio Freud, para quem há co-determinação do

interno pelo externo e vice-versa; mas nem sempre Freud é fiel a Freud, que se há de fazer...

É numa brilhante descrição do movimento de vaivém entre fantasia e objeto, ou melhor, do estado de torvelinho no qual tem lugar logicamente a divisão em fantasia e objeto, que fica mais patente a pobreza da tese explícita da psicanálise acerca do real: o maço de cigarros de Herrmann toma seu lugar na galeria dos objetos exemplares, ao lado da mesa de Merleau-Ponty e da máquina de escrever de Giannotti, molécula emblemática do tipo de ser descrito por seus proprietários (p. 250-1). Aliás, é de se notar o caráter quase fenomenológico de várias descrições ao longo do livro, fenomenologia que começa pela colocação entre parênteses da “tese do mundo” (a noção convencional de realidade) e culmina numa paráfrase da definição dada ao comportamento por Merleau-Ponty (modelagem recíproca do interior pelo exterior e vice-versa, transformação constante da materialidade em significado: p. 250). Caberia num outro ensaio interrogar o porquê dessa sombra fenomenológica nos escritos e na prática de tantos psicanalistas de São Paulo; limito-me a assinalar que ela é nítida e forte.

Após uma arqueologia da tese explícita de Freud sobre o real – condensada em sua função educativa e no famoso princípio de realidade – e depois de apontar que a teoria do narcisismo vem abalar os esquemas bem-comportados dos “Dois princípios” e de *Inibição, Sintoma e Angústia*, Herrmann propõe uma árdua exposição da “tese implícita”, aquela que deve subjazer à teoria da mente dilacerada, e que não está nas passagens em que Freud trata explicitamente da realidade.

Mais uma vez, a intuição do autor é fecunda: dever-se-ia procurá-la, sugere, no que Freud diz sobre as origens da humanidade – tanto no sentido de espécie humana (*Totem e Tabu*) quanto no de propriedades definidoras do ser humano. O paralelismo tantas vezes indigitado entre a filogênese e a ontogênese faz aqui figura de fio condutor: seria a representação metafó-

rica e um tanto deslocada da teoria do real que falta à psicanálise. Aqui se trata de escavar a distância entre as paralelas, se se pode dizer assim, mantendo precisamente aquilo que as sustenta em seu espaçamento: o real, a psique, o inconsciente produtor, o desejo, o estrato produtor comum do homem e do mundo. As afirmações sobre a mente (uma das paralelas) deveriam ser na verdade predicados do real: esta é a tese do capítulo 14, de índole mais especulativa, espécie de “prolegômenos a toda metapsicologia futura”.

Na verdade, há aqui mais do que “prolegômenos”: há o esboço de uma teoria substantiva do real, e nisso, parece-me, o projeto de Herrmann tem algo em comum com o de Hegel, pois sua lógica é na verdade sua ontologia. Mas essa direção encontra-se matizada por outra, de índole “parakantiana”: depois do vôo especulativo do capítulo 14, retorna-se ao porto seguro da terapia analítica, para afirmar uma tese de tipo transcendental:

a teoria psicanalítica do real não é, em primeira mão, um pronunciamento sobre as qualidades do real, nem sobre seu estatuto intrínseco, nem sobre seus limites em relação a outras províncias do ser. O sentido principal de uma teoria psicanalítica do real, pelo contrário, está na maneira pela qual esta o acusa [...]. Quando a origem se esconde, o exercício da função originada pode revelar-lhe quando menos a forma presente (p. 279 e 281).

Programa excelente; mas, na verdade, o autor se descuida e *propõe* sua ontologia do real! A tese explícita do livro é, sim, um pronunciamento sobre o estatuto do real e sobre suas propriedades: é produtivo, é campo, é engendrado pelo movimento do desejo, é encoberto em sua multiplicidade pela rotina que o aplaina em realidade etc. etc. Nesses passos, transborda a fronteira que se fixou – escrever como psicanalista uma obra de psicanálise – e se converte em filósofo.

Nada há de errado nisto; a filosofia não é caça restrita aos profissionais. Mas, nesse exercício estrênuo, aceita sem maior questionamento

certas categorias que lhe servem de parâmetro, a começar pela oposição entre essência e aparência que governa a argumentação, ou ainda no trajeto pelo espaço, pelo tempo, pela causalidade e pelo movimento na “metafísica da teimosia” (p. 222 ss.). Se surgem aqui certas indicações valiosas – como as reflexões sobre as magnitudes diversas das ondas temporais da experiência (p. 186) – não é isso, a meu ver, o mais interessante da obra.

O importante, o novo, é conceber a maneira como a teoria “acusa o real” como idêntica à interpretação. Aqui, sim, Herrmann está em seu elemento: efetua a construção de uma teoria da operação analítica e de um método para interpretar, propõe uma concepção rigorosa e original da transferência como elo entre o ser e o conhecer, e aplica com maestria os princípios estabelecidos, proporcionando belas miradas sobre as paisagens que atravessa.

### Crítica da prática

Entre essas paisagens, conta-se a Psicanálise tal como é comumente praticada, ensinada e teorizada no ambiente de inspiração inglesa, vale dizer, no redil de ortodoxia vigente. Aqui o tom oscila entre o afago e a martelada, apesar da denegação formal da p. 186. Herrmann convida seus pares ao reexame de conceitos que, por usura do tempo e por preguiça mental, acabaram por perder completamente seu conteúdo.

A crise atual da Psicanálise, segundo a compreende, vem da ausência de um conceito central, contra o qual se destacariam e ganhariam consistência todos os outros; precisamente, o de real. No lugar deste, uma prima pobre e burra: a noção normativa de realidade. Todo o seu esforço vai no sentido de empregar o método psicanalítico para sacudir a espessura dessa inércia, ou, em seu vocabulário, “romper o campo” da realidade consensual, a fim de permitir que apareçam as múltiplas condições do real que ele recobre. Exatamente assim, na terapia, a superfície do discurso e a fantasia identificatória

que o sustenta como jogo disposicional devem ser rompidas pela revelação de seu campo.

Eis por que, para Herrmann, é imperativo interrogar a propriedade dos hábitos interpretativos que não se pautam por este cânon: sua tese é necessariamente polêmica, ainda que não se apresente como normativa. Desse ponto de vista, seus alvos naturais são os “desvios” e as “impropriedades” da técnica (p. 181-4), que surge, sem exceção, de uma concepção redutora do método analítico e do real por ele instaurado (que se define, é claro, pela ruptura da face rotineira e repetitiva da realidade cotidiana: “deslocamento dos muitos reais que a realidade recobre”, p. 193).

Assim, lança a luva a boa parte das concepções usuais acerca do processo analítico, das interpretações analógicas (p. 118) à atribuição das origens da transferência às virtudes intrínsecas do *setting* (p. 183), da idéia do presente analítico (o famoso “aqui e agora”) ao elogio da “livre observação” (p. 246), da falácia genética (p. 135) à proliferação cancerosa das pseudodistinções dinâmicas (p. 21). Não são, como se vê, questões menores nem querelas inúteis: seu livro instiga a repensar de cabo a rabo a prática analítica e seus impasses mobilizando o debate (espera-se!) e reabrindo-o sobre questões cruciais.

### Trepando nos andaimes

Pois a qualidade principal desse texto é que, a partir da reflexão sobre os pressupostos que constituem a Psicanálise, ele a reinventa no sentido mais amplo do termo: propõe uma renovação de sua linguagem, recentra-a em torno do método, formula hipóteses ousadas sobre os eixos teóricos e clínicos que a organizam. Acha-se aqui esboçadas ou já delineadas as quatro vertentes que, em Psicanálise, especificam uma teoria original: uma metapsicologia, uma hipótese sobre a gênese do sujeito, uma psicopatologia e uma reflexão sobre o processo analítico. As

três primeiras ainda aguardam elaboração mais detalhada; quanto à quarta, não resta dúvida de que proporciona resultados extremamente interessantes.

O projeto é audacioso, e suscita algumas reflexões. Uma delas é que, se no sistema de Herrmann o inconsciente, a transferência e a repressão são reinventados (esta sob o nome de “rotinização”), não se vê muito bem qual o espaço reservado à pedra de toque em relação à qual Freud jamais transigiu: a sexualidade.

Parece que o lugar desta última é ocupado pela noção de real, como sugere uma frase da Introdução (“a força da libido age no real e dele provém”, p. 16). Talvez isso se deva à metabolização de idéias nascidas na esteira da reflexão lacaniana, matriz longínqua de noções centrais no pensamento de Herrmann – a psicanálise como lógica, a preponderância do desejo na ordem eficiente, a mentira como fundação da linguagem e da humanidade, a idéia de que o objeto da psicanálise é o discurso imanente. É claro, por outro lado, que não se trata de um discípulo de Lacan: o papel atribuído ao afeto, a importância dos sentimentos como estrutura essencial da psique (no sentido de estrato comum produtor do homem e do mundo), e a ênfase na idéia de transformação (evidente no trânsito dos reais à realidade) são promissórias da dívida contraída com a escola inglesa.

Mas – atenção! O autor não quer ser “objetivado” na filiação a correntes de pensamento, e tem razão: se os andaimes de seu edifício são feitos da matéria-prima comum, a espécie de madeira conceitual com que se fabrica a psicanálise, a planta e a incorporação são obra exclusivamente sua. É lícito questioná-las, fazê-las vibrar, ainda que por vias diferentes das que propõe: daí a pergunta pelo lugar da sexualidade, assim como pelo lugar da fantasia. Fantasia, é óbvio, não como pólo anteposto a uma suposta “realidade”, mas como dimensão em que o inconsciente se encarna numa subjetividade singular. A categoria do real será suficiente para dar conta desta dimensão? Ou, ao tratar como

epifenômenos gêmeos a realidade consensual e o sujeito que a percebe/deseja, Herrmann não estará reduzindo exageradamente a espessura da subjetividade?

Uma terceira questão diz respeito ao lugar da história e da construção no trabalho terapêutico. Talvez haja uma pitada excessiva de formalismo na insistência em ver no “campo” somente uma anterioridade *lógica*: sem reintroduzir a cronologia eficiente, haveria espaço, creio, para explorar a constituição também no registro do

*après-coup*, da temporalidade peculiar que caracteriza a terapia e seus efeitos.

Essas questões vão além do que pretende o autor. Que seu livro as torne possíveis já é algo a comemorar: é porque reinventa à sua moda a Psicanálise que ele abre espaço para que o leitor, por sua vez, reinvente à sua moda o livro que leu, para com ele e através dele fazer surgir perguntas outras. Entrelaçamento da obra e da leitura: emergência de novos sentidos, ruptura de campo – reinvenção da Psicanálise.